

Supremo Tribunal Federal
COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 20.10.2006
EMENTÁRIO Nº 2 2 5 2 - 1

27/09/2006

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 969-9 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. JOAQUIM BARBOSA**
REQUERENTE : **GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL**
ADVOGADO : **MARIA DOLORES SERRA MELLO MARTINS E**
OUTROS
REQUERIDO : **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

EMENTA: **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.**
PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 313 DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.
DESAPROPRIAÇÃO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO. SEPARAÇÃO DE
PODERES. PROCEDÊNCIA.

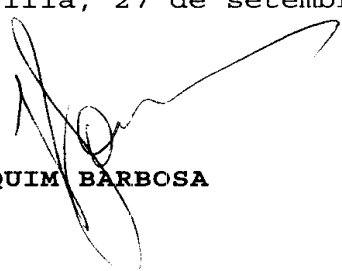
É inconstitucional, por invadir a competência legislativa da União e violar o princípio da separação dos poderes, norma distrital que submeta as desapropriações, no âmbito do Distrito Federal, à aprovação prévia da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência da ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em julgar procedente a ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do voto do relator.

Brasília, 27 de setembro de 2006.


JOAQUIM BARBOSA

-

Relator



27/09/2006

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 969-9 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
REQUERENTE : GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO : MARIA DOLORES SERRA MELLO MARTINS E
OUTROS
REQUERIDO : CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

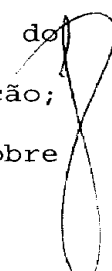
R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator): Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo governador do Distrito Federal contra o parágrafo único do art. 313 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

É este o teor do dispositivo impugnado:

"Art. 313. [...] Parágrafo único. As desapropriações dependerão de prévia aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal."

O requerente sustenta que o dispositivo atacado ofende o disposto nos arts. 2º; 5º, XXIV, e 22, II, da Constituição federal. Em outras palavras, a norma impugnada violaria o princípio da separação de poderes, por ser de competência do Poder Executivo a condução do procedimento de desapropriação; também seria ofensiva à competência da União para legislar sobre desapropriação.



Para apoiar sua tese, o governador do Distrito Federal traz à colação jurisprudência do Supremo Tribunal Federal fixada ainda sob a égide da Constituição anterior.

O pedido de liminar foi concedido por unanimidade, nos seguintes termos:

"Ação direta de inconstitucionalidade. Parágrafo único do artigo 313 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Dependência das desapropriações de previa aprovação da Câmara Legislativa. Pedido de liminar.

- Ocorrência dos requisitos da relevância jurídica do pedido e do 'periculum in mora'.

Pedido de liminar deferido." (Fls. 108.)

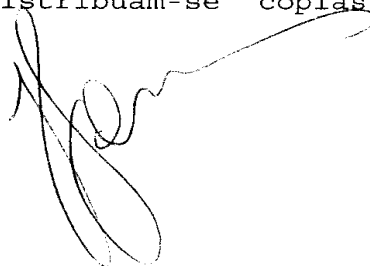
As informações prestadas pela Câmara Legislativa do Distrito Federal ressaltam que, não obstante a competência da União para legislar sobre o assunto, a legislação local pode estabelecer novas exigências para o ato de desapropriar. Ademais, a legislação brasileira permitiria, em alguns casos, a iniciativa do Poder Legislativo para tratar de desapropriação.

A manifestação da Advocacia-Geral da União reporta-se aos termos das informações prestadas pela Câmara Legislativa.

Por sua vez, o procurador-geral da República opina pela procedência do pedido, lembrando que ainda não foi elaborada, nos termos do parágrafo único do art. 22 da Constituição, lei complementar que autorize os estados - e, por

consequência, o Distrito Federal - a tratar das matérias versadas no artigo atacado.

É o relatório. Distribuem-se cópias aos senhores ministros.

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the right.

27/09/2006

TRIBUNAL PLENO

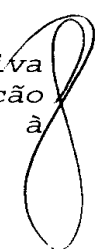
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 969-9 DISTRITO FEDERALV O T O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator): A controvérsia não é nova na Corte.

Antes da promulgação da Constituição de 1988, o posicionamento do Supremo Tribunal Federal já era assente no sentido de que, se houvesse, num texto constitucional, a expressa disposição de que competia à União legislar sobre desapropriação, as legislações locais não poderiam estabelecer a necessidade de autorização legislativa para efetivar a desapropriação. A respeito, cf. RE 24.139 (rel. min. Ribeiro da Costa) e Rp 826 (rel. min. Barros Monteiro).

Já sob a égide da Constituição de 1988, ao menos dois casos trataram da matéria: o julgamento liminar desta ação direta e, mais recentemente, o julgamento da ADI 106 (rel. para o acórdão min. Gilmar Mendes). Na última ação referida, decidiu-se, por unanimidade:

"7. Invade a competência legislativa privativa da União preceito que subordina a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, à prévia autorização legislativa."



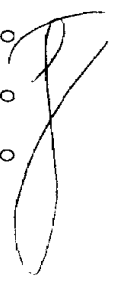
O dispositivo ora impugnado é um pouco mais abrangente do que a disposição julgada inconstitucional na ADI 106, pois não se resume a estabelecer a necessidade de autorização legislativa apenas para a declaração de utilidade pública, mas consagra que as desapropriações, em si mesmas, "penderão de prévia aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal".

A disposição ora atacada, justamente por ser mais abrangente, comporta maior vício de inconstitucionalidade.

Como se sabe, o atual diploma que rege o procedimento de desapropriação é o Decreto-Lei 3.365/1941, cujo objetivo, segundo dispõe seu art. 2º, é estabelecer a possibilidade de desapropriação pela União, estados, municípios, Distrito Federal e territórios.

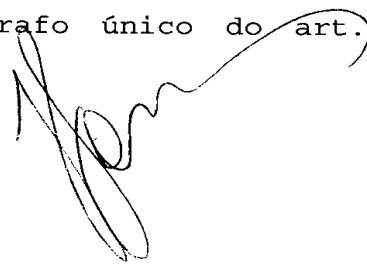
Nos termos da lei, o procedimento de desapropriação é conduzido exclusivamente pelo Poder Executivo, com duas possíveis exceções, em que se faz presente o Poder Legislativo: a desapropriação de bens de outro ente federado (art. 2º, § 2º) e a possibilidade de o Poder Legislativo tomar iniciativa da desapropriação, caso em que cabe "ao Executivo praticar os atos necessários à sua efetivação" (art. 8º).

O dispositivo ora impugnado, diferentemente do decreto-lei citado, não faz nenhuma ressalva, dele se inferindo que a todo e qualquer ato de desapropriação precederá o assentimento legislativo.



Há, no caso, portanto, evidente inconstitucionalidade, sob dois ângulos distintos. Primeiro, em virtude de o tema *desapropriação* ser de iniciativa reservada à União, tendo o Distrito Federal exacerbado aquilo que a lei federal já dispunha. Segundo, porque a decisão político-administrativa de desapropriar um bem titularizado pelo particular é, antologicamente, matéria da alçada do Executivo.

Do exposto, julgo procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 313 da Lei Orgânica do Distrito Federal.



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 969-9**

PROCED.: DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

REQTE.: GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

ADV.: MARIA DOLORES SERRA MELLO MARTINS E OUTROS

REQDO.: CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Decisão: O Tribunal, à unanimidade, julgou procedente a ação direta, nos termos do voto do Relator. Votou a Presidente, Ministra Ellen Gracie. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Plenário, 27.09.2006.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Carlos Britto, Joaquim Barbosa, Eros Grau, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia.

Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza.


Luiz Tomimatsu
Secretário